

Prefácio

Maria Lúcia Martinelli

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MARTINELLI, ML. Prefácio. In MARTINS, EBC. *Educação e serviço social: elo para a construção da cidadania* [online]. São Paulo: Editora UNESP. 2012. pp. 11-13. ISBN 978-85-3930-243-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

PREFÁCIO

Este é um livro que trata de uma questão de fundamental importância, pois, conforme anunciado em seu próprio título, analisa as mútuas implicações entre a educação e o serviço social como um elo para a construção da cidadania.

Estabelecendo como campo empírico de sua análise a prática profissional dos assistentes sociais no âmbito da política de educação em municípios paulistas, a autora procura evidenciar como os profissionais utilizam os espaços sócio-ocupacionais que se colocam no atual ordenamento jurídico que fundamenta a referida política.

Na abordagem do tema, articula-a com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que delinea a política de atendimento para tal segmento, bem como com o próprio projeto ético-político da profissão, em cujo âmbito a educação como prática da liberdade ocupa lugar central.

Apoiada teoricamente no intelectual marxista italiano Antonio Gramsci, no grande educador brasileiro Paulo Freire e em outros que compartilham da mesma perspectiva, a autora parte do reconhecimento da importância da educação, em suas mais diferenciadas formas, como essencial para a organização da cultura e para a formação do homem na direção de sua emancipação.

Reconhece, também, o papel estratégico da educação na elaboração de uma cultura contra-hegemônica, contribuindo, conforme Gramsci,

para a elevação cultural das massas e para superação de diferentes formas de opressão e alienação.

Como, porém, o cerne de seu estudo é a política de educação, área estratégica de atuação do Estado, a autora nos chama a atenção para o claro tensionamento presente nesse espaço. Como toda política social, a política de educação é também um espaço contraditório de luta de classes, um embate entre poderes diversos que se legitimam historicamente, conforme se estabelece a correlação de forças na diversidade de projetos societários existentes.

Indo ao âmago da própria Constituição Federal de 1988, que pela primeira vez na história brasileira assegura os direitos sociais, e entre eles o direito à educação, que é regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, a autora, ao mesmo tempo que desvenda os resíduos neoliberais presentes em tal legislação, procura evidenciar que há espaços para a intervenção profissional do serviço social, sobretudo na interação com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Segundo sua exaustiva análise desses marcos legais, além de contatos com representantes de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar, três são os eixos nucleares das demandas pertinentes ao serviço social:

- o processo de democratização da educação;
- a prestação de serviços socioassistenciais e socioeducativos;
- a articulação da política de educação com as demais políticas sociais.

O rigor metodológico da pesquisa realizada por Eliana Martins, cobrindo 37 municípios paulistas, que naquele momento possuíam assistentes sociais atuando na educação básica, aliado à densidade de suas análises teóricas, faz deste livro uma leitura indispensável para todos aqueles que se preocupam com a educação, e especialmente com a intervenção do serviço social nessa área, na perspectiva dos direitos.

Não se constitui em tarefa de pequena envergadura, pois há uma luta por direitos a ser empreendida, sobretudo nesse contexto em que a educação passa a ser vista e assumida como um novo nicho de acumulação do capital.

Lutar por direitos é lutar contra o capital, e o projeto ético-político do serviço social brasileiro traz importantes balizamentos nesse sentido.

A pesquisa de Eliana Martins, desenvolvida no âmbito de seu doutoramento em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, revela que há um longo caminho a percorrer, pois há ainda um descompasso entre os espaços de intervenção para o serviço social existentes na legislação e a concretização desses na realidade objetiva da prática profissional.

Há, porém, esforços importantes no sentido de trabalhar a tríade escola-família-sociedade, e especialmente em mobilizar redes locais e articular a política de educação às demais políticas sociais, fortalecendo a identidade do município como ente político.

Outro resultado auspicioso desta pesquisa é a relevância da dimensão socioeducativa da prática profissional, em consonância com o projeto ético-político da profissão.

Nas palavras da própria autora, a dimensão socioeducativa sustentando um processo de reflexão que produz efeitos na maneira de pensar, sentir e agir dos indivíduos, ou seja, interfere na formação da subjetividade e nas normas de conduta, elementos constituintes de um determinado modo de vida ou cultura que se expressa na realidade concreta vivida pelos sujeitos.

É substantiva, como se vê, a contribuição da autora para pensar-se na intervenção do serviço social, na perspectiva socioeducativa, na área da educação.

É, também, bastante oportuna, especialmente neste momento em que as instâncias organizativas da categoria profissional, em seus diferentes níveis, e os próprios assistentes sociais estão mobilizados na luta pelo serviço social no âmbito da educação, não de modo corporativo ou visando à ampliação do mercado de trabalho profissional, mas com o objetivo de unir esforços e ser um protagonista, entre outros, na política e na prática de educação como possibilidade de emancipação humana, como um elo na construção da cidadania.

Maria Lúcia Martinelli